



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 27 DE MAIO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a presença dos Vereadores Paulo Fiorilo e Jair Tatto, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai introduzir o conceito de orçamento impositivo no dispositivo de planejamento orçamentário do município, lastreado pela Constituição Federal e pelo Presidente Supremo do Congresso Nacional, Sr. Eduardo Cunha, e com a minha presença, como Presidente, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública de 2015.

Informo que essa reunião está sendo transmitidas no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara no *linking* audiências públicas registro escrito.

Foram convidados para participar dos trabalhos o Sr. Secretário Nabil Bonduki e o Sr. Marco Tadeu Moreira de Moraes, representante da Secretaria de Saúde, a quem peço para compor a mesa conosco. Já informo preliminarmente que a secretaria vai receber as inscrições para pronunciamentos.

Passemos ao primeiro item da pauta.

- "PL 360/2014, de autoria do Vereador Dalton Silvano. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos *pet shop* e todos os estabelecimentos e locais similares que oferecem os serviços de banho e tosa para cães e gatos instalados na cidade de São Paulo, a instalem sistemas de gravação por câmeras de vídeo e disponibilizar os serviços conectadas a internet *online*, e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ainda não há inscritos. O autor do projeto não tem assessor que possa fazer a sustentação oral da matéria. Assim, como não há inscritos e não está presente nem o proponente e nem a equipe técnica do proponente para fazer a defesa oral, está encerrada a audiência pública ao PL 360/2014.

Passemos ao próximo item.

- “PL 32/2015, de autoria do Vereador Valdecir Cabrabom, que institui o Cartão Paulistano de Saúde, de uso facultativo do cidadão paulistano, com a finalidade de armazenar dados do prontuário médico e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A secretaria está à disposição para inscrição de pessoas que desejam fazer o debate sobre a matéria.

Tem a palavra o Sr. Ricardo, assessor do Vereador Valdecir Cabrabom, para fazer a sustentação oral da matéria.

O SR. RICARDO – Bom dia, Srs. Vereadores. O projeto do Vereador Valdecir Cabrabom já foi votado em primeira e está para ser votado em segunda agora. Estamos esperando a presença da Secretaria de Saúde, porque a gente está esperando um substitutivo da Secretaria para aprovar o substitutivo. O projeto é simples. O projeto visa que seja emitido um cartão e nele conste os dados do prontuário médico dos pacientes do sistema. A facilidade da ideia é que, nas variadas consultas que foram feitas por cada cidadão, ele possa levar o seu prontuário dentro da carteira. É um projeto simples, que não precisa de muitas outras explicações.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o Sr. Ricardo e a equipe técnica do Vereador Valdecir Cabrabom.

Tem a palavra o Sr. Marcos Tadeu, representante da Secretária de Saúde.

O SR. MARCOS TADEU – Quem vem acompanhando a discussão desse projeto, que é o nosso representante junto à Câmara, é o Sr. Eurípedes, com quem V.Exas. têm bastante contato. Eu trabalho junto com ele na Assessoria do gabinete. Por isso ele pediu que eu viesse.

Esse projeto tem uma importância muito grande e até fundamental. Ele tem uma

ligação direta com a possibilidade da implantação do prontuário eletrônico dentro das unidades, pelo menos, da Secretaria Municipal de Saúde. O ideal seria que fosse também ligado a todas as unidades que abrangem o SUS.

O que o Sr. Eurípedes comentou ontem comigo é que haveria uma discussão e uma tratativa da Secretaria Municipal de Saúde com o próprio Vereador que está fazendo a proposição do projeto, por meio da liderança do Governo, avaliando a possibilidade de o próprio Vereador apresentar um substitutivo a esse projeto, que pudesse viabilizar a implantação do mesmo.

Até cheguei a ver o projeto e o relacionamento dele com a implantação dos dados eletrônicos. Isso seria um ganho enorme para o munícipe e para o usuário do SUS como também um ganho enorme para o sistema, em termos de custo; porque o que a gente vê hoje é que o paciente passa aqui e é atendido. Depois ele vai à outra unidade de saúde, onde não há acesso a nenhum exame que ele já tenha feito. Eu, por coincidência, também sou do Conselho Regional de Medicina; e a gente vê inúmeros casos nos quais o paciente chega a fazer dois testes ergométricos e chega a fazer mesmo até cateterismo, porque um médico não tem acesso ao resultado do seu exame anterior. Então, isso teria uma importância grande. O que o Sr. Eurípedes tinha comentado era essa possibilidade, de o próprio Vereador apresentar um substitutivo que viabilizaria a implantação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço muito o Sr. Marcos Tadeu, não só pelas informações, mas pela disposição que tem mostrado à Secretaria Municipal de Saúde, de estar presente em todos os debates que a Câmara realiza.

Há inscritos para esse debate? (Pausa) Tem a palavra a Sra. Kari Nazer.

A SRA. KARIN NAZER – Bom dia. Em nome do Vereador Valdecir Cabrabom, quero entender um pouquinho do que precisa conter esse substitutivo, uma vez que a gente tentou fazer da forma mais abrangente o projeto. A gente precisa, na verdade, saber o que falta para a gente conseguir adquirir o que V.Exas. procuram e o que gente procura. Então, a gente

não está conseguindo, talvez eu, entender o que falta nesse substitutivo. Então, se V.Exa. pudesse ajudar a gente a fechar melhor isso, a gente obviamente faria o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está feita a solicitação por parte da equipe técnica que assessora o Vereador Valdecir Cabrabom, e eu já passo a palavra À Secretaria da Saúde.

O SR. MARCOS TADEU – Vereador, só para esclarecer, pois dentro do questionamento da Karen, a informação que tivemos foi de que a Secretaria estaria mandando o texto do substitutivo a ser apresentado pelo Vereador Valdecir Cabrabom.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É, a secretaria pode fazer uma oferta de um texto para o Vereador, mas, na realidade, não é ela quem redige os textos legislativos da cidade de São Paulo. A secretaria vem aqui e aponta a disposição de auxílio redacional, de compreensão quanto à finalidade e objetivo que a lei pode ter para que a propositura apresentada pelo Vereador Valdecir Cabrabom possa receber do Prefeito sanção e, portanto, traduzir-se em lei e não só a tradução em lei, mas a sua aplicação na prática.

Farei uma breve sugestão porque a audiência pública serve para buscarmos bons entendimentos. Parece-me que há disposição objetiva do Executivo em oferecer as informações necessárias para que o texto comporte a sanção do Prefeito. Vou solicitar tanto ao Marcos Tadeu quanto a Karen Nasser que, terminada a audiência, possam dialogar, ainda nesta manhã, para, quem sabe, ter a produção de um texto no dia de hoje, quarta-feira. E que o projeto que deve se encontrar pautado na sessão extraordinária, permitindo assim, quem sabe, na busca desse consenso, levar ao conhecimento dos diversos parlamentares da Casa qual é o texto e até onde assumiu a concordância, permitindo a compreensão dos demais Parlamentares para o seu intento - que é o que quer o Vereador Valdecir Cabrabom - que se associe à vontade do Executivo permitindo o debate em Plenário e, quem sabe, a votação no dia de hoje.

Faço esse encaminhamento como fórmula para que possamos ter não só um texto,

que é a vontade do parlamentar, a vontade da sociedade expressa no texto, mas que também tenha a capacidade técnica que o Executivo tem e oferecer informações de como deve ser a aplicação dessa lei, portanto, aproximar o texto dialético que o Parlamento constrói, com o texto de aplicação regulamentar, que o Executivo precisa.

Tudo bem assim, Sr. Marcos?

O SR. MARCOS TADEU – A única coisa que quero ressaltar é que, segundo o Eurípedes informou, estaria havendo tratativas a esse respeito com a Liderança do Governo. Não sei se há alguma informação sobre o assunto. Mas fico à sua disposição para podermos discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então, dou por encerrada a audiência pública do PL 32/15, desejando sucesso, não sei se agora, que haja diálogo e que pode já estar acontecendo. E creio que o bom entendimento, que passa pela Liderança na Casa, busque um resultado positivo.

Passo à apreciação do último projeto, PL 51/15, autoria do Vereador Paulo Fiorilo. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar iminente perigo à saúde pública devido à presença do mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya.

Antes de passar a palavra ao autor, registro a presença do Secretário Nabil Bonduki, a quem chamo para compor a Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, peço a palavra para rapidamente apresentar o projeto de lei, e a Secretaria já tem conhecimento, pois tivemos a oportunidade de conversar com o Secretário e assessoria, ainda que informalmente, no momento em que a dengue vinha crescendo na cidade de São Paulo, com óbitos, e ainda não havia um quadro claro do que poderia acontecer. Com a entrada do inverno, é óbvio, há redução dos casos, a doença passa a se retrair e a preocupação parece que diminui.

O projeto foi baseado no Programa Nacional de Controle da Dengue, há amparo legal em execuções e ações de campo e basicamente propõe que a Secretaria possa ter acesso às casas ou fechadas ou nas que o proprietário se coloque contrário à entrada.

Na cidade de São Paulo, muitos de nós devemos conhecer casos de casas que estão fechadas há muito tempo, onde ninguém tem acesso, locais abandonados e mesmo municípios que adotam uma postura contrária à entrada da vigilância.

Posso citar casos concretos, quando a vigilância teve acesso e encontrou montanhas de lixo e uma quantidade enorme de cães ou gatos, com a casa absolutamente abandonada. Então, o projeto medidas para facilitar o acesso dentro das normas legais e dentro do amparo legal, para que também não haja nenhum abuso por parte da autoridade municipal. Inclusive se prevê punição àqueles que agirem de forma incorreta.

Sr. Presidente, gostaria de ouvir a Secretaria, até para que a gente possa avançar nesse debate, que, se não ajudar nesse ano, com certeza, ajudará nos próximos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a representação da Secretaria de Saúde.

NÃO IDENTIFICADO – A informação que eu tenho a respeito desse projeto é que, se não foi encaminhada, está para ser encaminhada uma moção de apoio para liderança do Governo; e a posição do gabinete da Secretaria é favorável ao projeto. Esse ponto que trata dos cuidadores e da própria dengue é ligado diretamente à Vigilância e à Covisa. A Sra. Wilma Morimoto é a Coordenadora da Vigilância na cidade de São Paulo. Eu entrei em contato com ela ontem, e ela me disse que mandaria um representante, o Sr. Alessandro. A disposição da Secretaria é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a manifestação favorável, esperamos que o PL consolide-se com uma votação tranquila no plenário, levando a unanimidade, quem sabe, a esse projeto importante, do Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FIORILO – Inclusive com apoio do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sem dúvida alguma, nobre Vereador.

Está encerrada a audiência pública ao PL 51/2015. Agradeço o Sr. Marcos Tadeu de Moraes, que nos acompanhou nessa audiência pública.

Passo a palavra o Sr. Nabil Bonduki, Secretário Municipal de Cultura, para fazer a exposição das tarefas que vêm sendo cumpridas pela Secretaria e do projeto que vem sendo desempenhado por S.Exa. na sua secretaria.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia, Srs. Vereadores, Assessores e participantes dessa reunião. É um prazer estar aqui, nobres Vereadores José Police Neto, Paulo Fiorilo e Jair Tatto. Em primeiro lugar, venho aqui, com toda disposição, debater com os Vereadores o que está sendo feito na Secretaria Municipal de Cultura.

Em vez de a gente fazer uma apresentação extensa, eu vou focar alguns assuntos que estão diretamente relacionados aqui com a Comissão de Finanças, para que a gente possa debater. Claro que não é exclusivamente a questão de finanças, mas impactos importantes nas finanças, assunto que eu queria relatar para os Srs. Vereadores. Posteriormente podemos até discutir aqui encaminhamentos que nós vamos dar a esses temas. Alguns deles estão diretamente relacionados com o orçamento e com esta comissão.

A Secretaria Municipal de Cultura vem sofrendo um incremento muito significativo. Em 2001, houve um marco importante, a aprovação da lei de fomento ao teatro. Independentemente da importância que ela teve para o teatro, marcou um momento em que nós saímos de um regime onde não havia recursos para apoiar projetos culturais desenvolvidos pela sociedade e passamos por um processo de apoio à cidadania cultural e a um conjunto de linguagens e atividades que acontece na cidade de São Paulo, onde é um polo fundamental da cultura no País. Até então, certas coisas funcionavam por meio da Lei de Incentivo à Cultura, chamada Lei Mendonça, que, na verdade, significava uma isenção fiscal, deixando para que as empresas definissem principalmente seus departamentos de *marketing*, para onde deveriam ser dirigidos os recursos, que eram públicos. A partir de 2001, vamos ter

uma sequência de projetos. Destaco que boa parte deles saíram desta Casa. Foram projetos de Vereadores que acabaram tendo, como impacto positivo, apoio a grupos culturais na cidade de São Paulo. Então, nós tivemos o fomento ao teatro em 2001. Em 2003, tivemos o Vai. Em 2005, tivemos o fomento à dança. Em 2014, tivemos o Prêmio José Renato e, em 2013, tivemos o Vai 2. É um conjunto de projetos da Câmara que foram realizados diretamente pela secretaria, não tão respaldados em lei, como, por exemplo, o fomento ao cinema. Mais recentemente, houve o Programa Redes e Ruas, os Agentes de Cultura e os Pontos de Cultura, que também hoje é objeto de um projeto de lei da Vereadora Juliana Cardoso.

Então, todo esse conjunto de programas são da área do Núcleo de Fomento e Cidadania Cultural da Secretaria Municipal das Finanças. Era um núcleo que inexistia e que ainda inexistente. Sob o ponto de vista formal, dentro da Secretaria Municipal de Cultura, não existe o setor de fomento e cidadania; embora hoje ele seja o carro-chefe dessa ação da secretaria junto à sociedade, que tem um orçamento de aproximadamente 70 milhões de reais. Dou esse exemplo, onde inclusive o Legislativo teve um papel extremamente importante, para mostrar como a Secretaria Municipal de Cultura está defasada sob o ponto de vista da sua estrutura e do seu próprio orçamento. Todos esses programas são desenvolvidos por meio de editais, com Curadorias externas e com sistema muito republicano de escolha dos beneficiados, embora sempre possam sempre existir alguns setores que estão descontentes com alguns aspectos dessas leis. Por exemplo, no caso do fomento à dança, há uma tendência à dança contemporânea e às danças tradicionais. A dança afro, por exemplo, sente-se, um pouco deslocada desse programa, mas tudo isso mostra um processo de crescimento da secretaria que não foi acompanhado de um crescimento institucional.

Cito outro exemplo importante, numa outra área que é muito conhecida. Falo da área de eventos da secretaria, cujo carro-chefe é a Virada Cultural. Hoje a Virada Cultural já não tem o mesmo peso que teve a partir de 2005 até 2013, porque ela era basicamente o grande evento da Cidade. Além da Virada Cultural, hoje há outros eventos. A Virada Cultural

hoje é considerada um dos maiores festivais de cultura de rua do mundo e tem um aspecto importante de ocupação do espaço público e de diálogo entre a produção cultural e a população da Cidade. O que tivemos, nesse período, foi uma ampliação também muito grande. Então, hoje nós temos a Virada Cultural e também um conjunto de outros eventos importantes de rua, como o Carnaval de rua, o Aniversário da Cidade e o Mês do Hip-Hop, que também é um projeto de lei aprovado nesta Casa. Antes era a semana do Hip-Hop, mas agora virou o mês do Hip-Hop. Temos o mês da música independente e temos o mês da Consciência Negra. Temos o mês das festas juninas. Neste ano, nós compactamos as festas juninas em conjunto com a Virada Cultural. Temos uma atividade que cresceu muito nesse ano, que é o circuito SP de Cultura, que é um conjunto de eventos culturais em 40 equipamentos públicos da Secretaria Municipal de Cultura.

Nesse primeiro semestre, temos 500 eventos que estão acontecendo em teatros, casas de cultura, bibliotecas e centros culturais da Prefeitura. Então, todo esse setor que hoje tem um orçamento somado a todos os eventos, por volta de 30 milhões a 35 milhões de reais, também não existe como uma estrutura da secretaria. É outro núcleo ligado ao gabinete.

Eu também quero destacar o fato de que, nessa última década, a Secretaria Municipal de Cultura recebeu três grandes equipamentos no Parque do Ibirapuera, que não estavam sob a gestão da secretaria, que foi o Auditório Ibirapuera, o Oscar Niemayer, que foi inaugurado em 2004 e 2005. Posteriormente a Prefeitura recebeu a OCA e o Pavilhão das Culturas Brasileiras, que era o edifício ocupado pela Prodam. O Auditório Ibirapuera hoje funciona, por um acordo feito quando o Sr. Calil era Secretário, em parceria com o Itaú Cultural; mas a Oca e o Pavilhão continuam sob gestão direta da Prefeitura. São grandes estruturas, para as quais também não foi criada uma estrutura administrativa institucional. Hoje é mais um puxadinho no Museu da Cidade.

Estou colocando essa situação porque houve um incremento importante de equipamentos e de funções. A área da Cultura, na Cidade, cresceu de uma maneira

estupenda. Vou dar alguns exemplos aqui, porque seria importante a gente inclusive refletir sobre o atual momento da cidade de São Paulo e do Brasil na área da Cultura. Os eventos do Circuito São Paulo de Cultura, que acontece em equipamentos municipais, hoje estão praticamente em várias situações. Não conseguiram comportar o público que vai a esses eventos.

Na semana passada, no Centro Cultural da Penha, foi realizado, nesse fim de semana, um *show* de Jerry Adriani. Havia tido gente na porta que o próprio cantor resolveu, em vez de fazer um *show*, fazer dois, um pouco mais curtos, para poder atender a todo o público que estava ali.

Houve um *show* do Dzi Croquettes, no Teatro João Caetano, quando centenas de pessoas ficaram de fora. O *show* do Teatro Mágico, que estava previsto no Centro Cultural da Juventude, teve que ser deslocado para a área externa, porque, a área interna comportava 700 pessoas e havia mais de 20 mil inscritas no *Facebook*, para participarem. Então, o *show* foi deslocado para a área externa, e reuniu por volta de 8.000 a 8.500 pessoas.

Então, a demanda, por cultura na Cidade, é crescente. Isso tem a ver com o nosso atual estágio, onde há, na cidade de São Paulo, quase 30% de juventude, se considerarmos a faixa de 14 a 34 anos. Trinta e cinco por cento da população é juventude. Nós temos uma grande expectativa da população, para que tenha acesso aos equipamentos culturais, como também ter acesso à possibilidade de produção de cultura, exercendo a sua cidadania cultural.

Na semana passada, participei de uma reunião inclusive tensa com vários grupos coletivos de cultura da periferia da Cidade, num debate sobre as casas de cultura, que estão numa situação bastante precária. Elas estavam ligadas à Secretaria de Subprefeituras. Foram transferidas para a Secretaria Municipal de Cultura apenas no final do ano passado. É outro incremento que a Secretaria recebeu. Houve um incremento de orçamento, mas hoje ele está contingenciado. Não receberam também pessoal. Vieram as casas de Cultura, mas não veio o pessoal. Vieram apenas os coordenadores das casas que existem. Há expectativa hoje de

vários bairros da Cidade, como Parelheiros, Ermelino Matarazzo e Cidade Ademar, Perus, Pirituba e Guaianases, nas áreas periféricas da Cidade, onde não existe nenhum equipamento de Cultura. A reivindicação é que seja criada uma Casa de Cultura, que hoje funciona como um espaço onde os grupos coletivos e culturais, principalmente jovens, atuam, ensaiam e exercem o seu direito de cidadania.

Hoje existe uma expectativa muito grande da população em participar desse processo. A minha apresentação seria mais ampla. Eu mostraria todos os setores da secretaria.

Conto com apoio dos Srs. Vereadores, para que nós alcancemos efetivamente aquilo que está no Plano Nacional de Cultura e no projeto de lei de Pró-Cultura no Congresso Nacional. O município de São Paulo precisa ser o pioneiro em alcançar a destinação de 2% do orçamento do município para a área de Cultura. Isso é absolutamente fundamental, para que a gente possa dar uma resposta a essa expectativa.

As exposições, na cidade de São Paulo têm tido a participação de 400 a 500 mil pessoas. Hoje não temos um orçamento para fazer uma exposição grande, como essa que tem acontecido na Pinacoteca e no Museu da Imagem e do Som, a não ser quando há uma cooperação, como houve há um ano e meio, quando foram trazidos Os Maias, quando houve um público de 150 mil pessoas na Oca. A exposição da Mafalda foi uma colaboração que aconteceu entre o final do ano passado e o começo desse ano na Praça das Artes. Aí houve participação de 200 mil pessoas. Há muitas demandas. Nós temos a área de livros. Nós também temos a área do patrimônio histórico. Temos ainda a área do arquivo histórico do município, que hoje está parado nos anos 20. Recebemos o arquivo geral da Prefeitura no período até 36. Houve mais doze anos, mas não há recursos para que ele possa ser devidamente higienizado, catalogado e colocado à disposição. Então, nós temos aí uma demanda importante, para podermos chegar nesse orçamento de 2%, que inclusive está no programa de Governo do Sr. Prefeito Fernando Haddad.

Nós estávamos nesse caminho. Por quê? Porque, neste ano, o orçamento da Secretaria é de 550 milhões de reais. Estamos por volta de 550 milhões contingenciados, que já estariam próximos dos 2%. Então, efetivamente, o problema do contingenciamento, hoje, é sério, para que possamos cumprir esse papel.

Em segundo lugar, a questão da estrutura administrativa da Secretaria. Ela é defesada. Nós não tivemos nenhuma reforma geral da Secretaria de Cultura. Acho que não tivemos reforma geral desde os anos 80, desde quando foi criada. O que tivemos foram alguns puxadinhos, com a Fundação do Teatro Municipal, a Fundação do Departamento do Arquivo Histórico. Essas foram algumas reformas localizadas, mas não uma adequação da Secretaria a sua situação real.

Como falei, há uma área de fomento à cidadania, para a qual não existe departamento para cuidar disso nem uma coordenadoria; há uma área de eventos e programação cultural, assim como a área de museus, para as quais não existem departamentos.

É absolutamente premente – e espero que consigamos chegar até meados do segundo semestre, a depender de Sempla – um projeto de reestruturação da Secretaria, que possa, inclusive, vir acompanhado da aprovação de um projeto de lei que já está na Casa, o do Conselho Municipal de Cultura, para o qual já há demandas de modificação, e certamente o será, e um projeto do Fundo Municipal de Cultura, de autoria do Vereador Reis, que também já está em condições de ser aprovado, com eventuais ajustes necessários. Tenho conversado com o Vereador Reis e defendido que o projeto seja aprovado, no momento da reestruturação da Secretaria.

Não vou falar de outras ações e de outros projetos de leis importantes que estão tramitando na Casa, porque acho que esses são os mais estruturadores e podem permitir uma resposta de outra qualidade da Secretaria e da Prefeitura para a Cidade e, sobretudo, diria que temos um déficit enorme na periferia da Cidade, que demanda cultura, pois os nossos

equipamentos, praticamente, estão no centro. Alguns equipamentos na periferia, como o Centro Cultural da Cidade Tiradentes, Centro Cultural da Juventude, são marcos importantes.

Estamos estudando a possibilidade de transformação de equipamentos que estão dispersos nas regiões da Cidade para equipamentos mais estruturados.

Para isso, é muito importante a política que está sendo desenvolvida: a da territorialização. A territorialização significa fazer uma discussão conjunta dos equipamentos em cada região da Cidade.

Embora na periferia, sobretudo, tenhamos uma carência de equipamentos, muitas vezes, tem o equipamento. Às vezes, há uma biblioteca, uma casa de cultura e um CEU, mas esses equipamentos não dialogavam entre si.

Hoje, temos uma possibilidade de articular esses equipamentos através da chamada política de territorialização regionalizada, a fim de articular a ação desses equipamentos.

Quero, também, destacar a questão dos CEUs, que são fundamentais. Estamos com um projeto, sobre o qual me esqueci de falar, que também é uma ampliação importante, de 20 salas de cinema de última geração em 20 equipamentos da Prefeitura. São salas de cinema que poderão passar filmes de primeira linha, lançamentos simultâneos se possível com *shopping* e com o circuito comercial da Cidade. Esse também é outro projeto de ampliação significativo da Secretaria.

Destaco que precisamos do apoio da Comissão de Finanças e Orçamento, dos Vereadores como um todo para, primeiro, aprovarmos a reestruturação da Secretaria e, concomitantemente, aprovarmos um orçamento no segundo semestre que consiga alcançar essa meta de 2% do Orçamento Municipal. Finalmente, para este ano, a ajuda dos Vereadores para que possamos descontingenciar o Orçamento, pelo menos para poder atender às demandas imediatas. Eu diria que as demandas mais prementes são as casas de culturas e os pontos de cultura. Pretendemos fazer um editar de pontos de cultura, inclusive há um projeto

para se fazer pontos de cultura temáticos, que possam dialogar por exemplo com movimentos ambientais, movimentos de direitos humanos, movimentos de direito à Cidade, de modo que os pontos de cultura – hoje uma reivindicação grande – possam ser lugares onde há apresentações, debates *etc.* São espaços privados, portanto havendo uma diferenciação entre um ponto de cultura e um equipamento municipal, uma casa de cultura. A casa de cultura é um equipamento da Prefeitura, gerido pela Prefeitura, com funcionários municipais; já o ponto de cultura é um espaço de uma entidade da sociedade, coletivos ou grupos culturais que são apoiados pela Prefeitura, mas têm vida própria e um custo muito inferior ao de um equipamento municipal e ainda possibilidade de ser uma referência cultural na região.

Eu queria falar ainda de dois projetos que estão tramitando aqui, que importa serem aprovados. O primeiro, já citei, mas está em debate, é o Conselho Municipal de Cultura. O segundo está há muito tempo tramitando, está parado na pauta, é um projeto do Executivo que reestrutura o sistema de multas por descumprimento às regras do Patrimônio. A Câmara Municipal poderia dedicar umas duas horas para conhecer melhor esse projeto e aprova-lo, porque é realmente muito positivo para a Cidade e para seu patrimônio histórico, embora esteja há dois anos parado no Plenário.

Muito obrigado. Agradeço o espaço da Comissão para fazer essa breve explanação e debater com os Colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pela ordem, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, quero fazer duas sugestões ao Secretário Nabil Bonduki, até para contribuir um pouco para que possamos avançar nas sugestões feitas pelo Secretário e, quem sabe, sensibilizar uma parcela considerável desta Casa para aprovar tanto a reestruturação para se chegar a 2% do Orçamento como para os outros projetos.

Não sei se posso chamar de desafio, Secretário, mas vou usar essa expressão. Não sei quanto dos 55 Vereadores conhecem os equipamentos da Cultura. Por exemplo, o

Teatro Municipal, os teatros regionais. Acabamos de reformar o Teatro da Mooca, um espaço importantíssimo para uma região que está no centro expandido, na Penha e mesmo em outros lugares.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Santana.

O SR. PAULO FIORILO – Santana, Cidade Tiradentes, que foi inaugurado...

Então, qual era a minha sugestão aqui para a Secretaria? E sei que é difícil, mas era tentar levar os Vereadores para conhecer esses espaços em alguma apresentação, em alguma exposição ou em alguma audição, porque isso poderia iniciar uma relação mais próxima.

Uma segunda coisa que poderia ajudar é a Secretaria dialogar com os Vereadores sobre os eventos que estão sendo realizados na Cidade. Fiquei surpreso com o Secretário de Esportes do Estado, que enviou para a Câmara, para os Vereadores convites para um evento esportivo estadual. Nunca na história desta Casa, pelo menos desde que estou aqui, um Secretário estadual olhou para os Vereadores. Mas por que ocorreu isso? Porque hoje nós temos um Vereador que é Secretário estadual e que sabe a importância da relação com o Parlamento.

Eu queria deixar estas duas sugestões para que o senhor avaliasse com a equipe; sei que ela é pequena e reduzida, mas talvez pudesse haver uma ação pró-ativa nesse sentido.

Por fim, o senhor falou das 20 salas de cinema da Prefeitura, e me lembrei do SPCine, que está ligada à Secretaria. Lembro-me de que, no lançamento da SP Cine, o senhor estava e eu também na Praça das Artes, assim como estávamos na reinauguração do Belas Artes. Uma das ideias era que ali houvesse a apresentação de filmes brasileiros. Se o senhor puder, informe rapidamente qual é a situação tanto da SPCine como do Belas Artes.

O SR. JAIR TATTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Relator da LDO,

responsável pelas respostas mais objetivas ao seu colega Vereador e hoje Secretário Nabil Bonduki.

O SR. JAIR TATTO – Primeiramente, queria falar para o Secretário Nabil que me lembro do tempo que tínhamos no Município o Teatro Municipal e o Teatro Paulo Eiró. Não se se havia outro teatro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – O da Penha, o de Santana, o Paulo Eiró. Muito bem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – O de Cidade Tiradentes é outro ciclo no qual ainda vou entrar. O do centro da Cidade Tiradentes veio num momento sobre o qual vou discorrer aqui.

Na medida em que foram construídos mais de 40 CEUs na Cidade, também construímos mais de 40 teatros. Lembro-me do tempo em que havia quatro, cinco espaços, teatros e passamos para quase 50. É um avanço extraordinário, e a cultura dentro do CEU, um orçamento que não é de sua Secretaria, é da Educação, se sedimentou na cidade de São Paulo uma maneira extraordinária de fazer cultura.

O que me chama muito a atenção ainda é a história da Virada Cultural. O Secretário explanou com muita propriedade a demanda extraordinária da periferia, considerando esse crescimento do qual falei aqui, pois nada disso havia há 15 anos e hoje há.

Gostaria, então, que V.Exa. discorresse um pouco sobre a Virada deste ano, se nesse grande desafio de centralizar, vamos começar a avançar um pouco mais.

Gostaria também que V.Exa. falasse sobre o VAI I e o VAI II. Na Capela do Socorro, por exemplo, há uma Casa de Cultura que é um espaço cultural extraordinário, gigante, maravilhoso.

Gostaria ainda que V.Exa. falasse sobre o fato de as subprefeituras não terem uma Casa de Cultura adequada. A Cidade Ademar, por exemplo, tem uma casinha lá na Praça do Jardim Miriam, um espaço que ainda não entendi direito. Dizem que é uma Casa de Cultura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – Enfim. A primeira correção, eu diria, seria criar Casas de Cultura com o mínimo de estrutura e de qualidade nas subprefeituras.

Em relação ao pessoal que falta, não é adequado pedir um projeto para aumentar cargo, mas concordo plenamente que está carente de pessoas, de material humano.

Então, basicamente, gostaria que V.Exa. explanasse sobre o VAI I e o VAI II, um projeto que atinge diretamente a periferia, como está seu funcionamento, o que está empenhado, se há perspectiva de melhorar e a questão da Virada Cultural, se há possibilidade de descentralização maior este ano.

O SR. NABIL BONDUKI – Vou começar respondendo às perguntas do nobre Vereador Paulo Fiorilo. Acho superadequado a proposta do Vereador...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes que V.Exa. continue, Secretário, peço ao Secretário Adjunto de Finanças, o Sr. Rogério Ceron de Oliveira, que também é de planejamento orçamentário e, portanto, guarda relação direta com o que V.Exa. veio fazer aqui, para dividir a mesa conosco. Quem sabe assim S.Exa. não sirva de intermediário do Executivo com o Parlamento e nos dê respostas.

O SR. NABIL BONDUKI – Respondendo ao nobre Vereador Paulo Fiorilo, concordo inteiramente com a importância de os Vereadores conhecerem os equipamentos de cultura. Realmente, nós temos algumas preciosidades e acho que é muito importante que os Vereadores conheçam. Eu queria até já deixar acordado que Srs. Vereadores vão a todos os eventos da Prefeitura que tiverem disposição de ir. Não sei se temos que mandar ingressos para todos antes ou mandar convite ao Vereador que quiser ir, porque senão vamos reservar um lugar sem uso. Mas já estou convidando aqui os Vereadores para a inauguração da ópera do Municipal no próximo sábado, quando vamos ter a abertura da ópera. Vou até verificar com a direção do Teatro para podermos disponibilizar ingressos aos Vereadores que tiverem disposição de ir.

Apesar dos problemas orçamentários da Secretaria de Finanças, e sobre isso vou poder falar melhor depois...

O SR. PAULO FIORILO – Sobre o descongelamento, V.Exa. já pode falar de novo.

O SR. NABIL BONDUKI – Apesar dos problemas, a cidade de São Paulo tem conseguido manter os compromissos assumidos. Ainda com dificuldade, apertando aqui e ali, mas todo dia sai notícia sobre corte de pessoal e equipamento na Secretaria de Cultura do Estado. Ontem mesmo saiu uma matéria sobre a demissão de pessoas na Osesp, a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, com redução de 20% do orçamento da Osesp. Houve demissões e redução de orçamento em vários órgãos do Estado na área da cultura, como a Pinacoteca e o Museu de Imagem e do Som.

Então, estamos conseguindo manter. E a ópera do Teatro Municipal, de longe, é a principal ou a única do País. A do Rio de Janeiro tem uma qualidade muito inferior. Já o nosso teatro tem um orçamento muito significativo, e a nossa ópera é realmente de padrão de primeiro mundo.

Falo isso, muitas vezes, até constrangido porque acho que São Paulo precisa ter uma ópera de qualidade de primeiro mundo. Agora, se por um lado temos uma ópera de primeiro mundo, do outro, não podemos não ter Casa de Cultura em muitas regiões da periferia da Cidade.

Então, temos um padrão bom e temos conseguido manter uma programação. Por exemplo, o orçamento do VAI, chegamos a um pico este ano. Nós recebemos, em 2013, com 4 milhões no Vai que atendia pouco mais de 130 grupos. Hoje, estamos atendendo, no Vai I e no Vai II, 230 grupos com quase 10 milhões. Então, são duas vezes e meia do orçamento. É um programa que teve um impacto importante na periferia.

Os pontos de cultura também estão bem distribuídos nas cidade toda, também, com ênfase na periferia.

Então, existem programas que chegam na periferia, mas os equipamentos...

O que difere o Vai do Ponto de Cultura é que o primeiro é uma pessoa física. Então, são pessoas que têm projetos na área da cultura e que, normalmente, representam grupos, mas não precisam ter uma empresa, uma figura jurídica. Isso dá flexibilidade e permite a cidadania cultural. Já o Ponto de Cultura exige pessoa jurídica. Então, é uma instituição que é apoiada e que recebe recursos.

Então, nós temos essa ação importante na cidade de São Paulo, mas é insuficiente, ainda, para dar conta demanda da cultura.

Vou lembrar de uma outra questão que, talvez, venha a esta Casa, Vereador Police, é o caso dos espaços culturais ocupados.

Nós temos vários equipamentos do Município, como, por exemplo, o Sacolão das Artes, no M'Boi Mirim; quatro áreas comerciais em equipamentos das Cohabs; antiga sede da Subprefeitura da Vila Maria, só para dar alguns exemplos, que estão ocupados por grupos culturais. É necessário que isso seja regularizado e repassado para a Secretaria de Cultura.

Nesse caso, estamos na seguinte situação: vamos receber esses equipamentos e vamos ter que, de alguma maneira, pôr estrutura neles.

A área da cultura é extremamente incremental, aliás, a Prefeitura como um todo. Isso precisa ter uma equação adequada.

Portanto, em relação ao Vai, ele está andando bem.

Vereador Jair, sabe quantos projetos tinha para o Vai neste ano? Havia mil e quinhentos pedidos. Nós conseguimos atender 230.

É o que estou dizendo: é uma demanda enorme e uma capacidade de resposta pequena. O problema não é só de recursos. Nós não temos condições de fazer um acompanhamento adequado de 500 projetos no bairro. Então, mesmo que eu tivesse o dobro do orçamento, não tenho pessoal. Seria irresponsável repassarmos recursos e não podermos fazer o acompanhamento, a fiscalização adequada, portanto, esse é realmente, um problema estrutural que está colocado.

Vereador Paulo Fiorilo, em relação aos equipamentos, eu acho que, talvez, o momento adequado para fazermos uma adequação formal seja o momento de debatermos o projeto de lei do Conselho e da reestruturação da Secretaria, porque seria o momento de os Vereadores conhecerem realmente os equipamentos. Temos equipamentos muito significativos.

O Centro de Formação cultural da Cidade Tiradentes é enorme, são 8 mil metros. Estamos com problemas sérios na sua manutenção, porque todos os equipamentos exigem segurança, limpeza e pessoal.

Se somarmos todos os equipamentos, só para relatarmos aqui quantos são, temos os grandes equipamentos: Teatro Municipal, Biblioteca Mário de Andrade, Praça das Artes, Centro Cultural São Paulo – muito frequentado pela periferia também -, Centro Cultural da Cidade Tiradentes, Centro Cultura da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos lembrar que o Centro Cultural da Cidade Tiradentes teve aprovação da Casa para sua reestruturação, assim como uma oferta considerável da estrutura de pessoal para aquele equipamento.

R – Porque não tinha estrutura alguma. Então, esses são os grandes equipamentos.

Além desses, nós temos 11 teatros, 18 Casas de Cultura, 55 bibliotecas, 19 casas históricas, além do Arquivo Municipal e os 46 equipamentos do CEU, que são compartilhados. É uma estrutura, portanto, que soma quase 170 equipamentos no total; é uma estrutura significativa.

Neste momento em que esperamos trazer a proposta de reestruturação – mas claro que isso ainda vai passar pela Sempla e por Finanças –, a nossa expectativa não é criar cargos. Só para esclarecer, talvez tenhamos que alterar provimentos de cargos, até para poder atualizar a estrutura, mas, principalmente, precisamos criar departamentos para dar conta desses projetos e espaços que não têm pai. Não há, por exemplo, coordenador das Casas de

Cultura, um cargo para uma pessoa que coordene as Casas de Cultura. O que precisamos, portanto, é criar concursos e carreiras.

Embora a Sempla talvez não concorde, gostaríamos de criar duas carreiras: uma de gestor cultural, para podermos ter pelo menos um gestor em cada equipamento; outra, de agente de cultura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – A subprefeitura continua da sub, esse é outro problema. Haveria um coordenador da área de cultura em cada subprefeitura. Embora haja muitas inadequações, espero fazer um projeto de reestruturação sem criar cargo, mas criando carreiras e condições efetivas de gestão, porque é disso que realmente precisamos.

Vou citar um número que pode surpreender muitos: a Secretaria de Cultura, na época do Governo Erundina, tinha três mil funcionários; hoje, tem 1.500, apesar desse incremento todo do qual estamos falando. Não estou dizendo que é uma situação exclusiva da Cultura, é uma situação geral da Prefeitura, mas é um indicador da nossa situação de dificuldade de gestão.

O Estado terceirizou todos os seus equipamentos; estou falando das Fábricas de Cultura, da Pinacoteca, do Museu da Imagem e do Som, da Osesp, da Sala São Paulo, do Teatro São Pedro, para citar alguns dos equipamentos. Todos eles são OS, o modelo ao qual, muitas vezes, somos pressionados a escolher.

O custo das OS é caro, como acontece na saúde. Ele pode até existir em uma ou outra situação, mas me parece que não é a melhor resposta. Precisamos, no entanto, de algum outro tipo de estrutura para poder dar conta da gestão desse enorme aparato de cultura da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Registro a presença do nobre Vereador Ota e informo, Sr. Secretário, que, em seguida a esta reunião, há uma audiência sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e da LDO.

O SR. NABIL BONDUKI – Sobre a LDO, esperamos chegar a uma diretriz de 2% para a Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O Relator do projeto da LDO está ao seu lado, Sr. Secretário.

Tem novamente a palavra, Secretário.

O SR. NABIL BONDUKI – Em relação à sala de cinema, Vereador Fiorilo, a SPCine está em funcionamento e, em conjunto com a Ancine, lançou editais. Conseguimos uma parceria muito miúda do Estado, que deveria aportar 25 milhões do capital social da SPCine, como fez a Prefeitura no ano passado. O Estado, além de não ter aportado essa quantia este ano, está contribuindo com 5 milhões para um edital. Então, a Prefeitura está entrando com 10 milhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, esse é o edital de produção e distribuição. No total, 30.

Sobre as salas de cinema, provavelmente na semana que vem ou na outra, será lançado o edital de licitação para aquisição dos equipamentos. O edital diz por volta de 7 milhões do capital social da SPCine, que não está mais saindo do orçamento da Prefeitura, para implantação de 20 salas de cinemas em CEUs e em equipamentos da Prefeitura. Não estamos construindo salas de cinema, estamos equipando-as com equipamentos de última geração, que permite lançar filmes de primeira linha.

Temos algumas salas mais no centro expandido que vão estar voltadas prioritariamente a um circuito de cinema nacional e de cinema de arte, além da própria sala do Belas Artes. Para a reabertura do Belas Artes, houve um acordo de que uma das salas seria destinada ao cinema brasileiro, e é a SPCine que vai fazer a programação dessa sala.

As salas da periferia, principalmente as dos CEU e da Cidade Tiradentes, vão ter uma programação diversificada, porque, em alguns casos não há hoje sala alguma de cinema

e, quando há, estão localizadas em shoppings a um custo de 20 a 28 reais a entrada, e há um público que ainda precisa ser formado para o cinema.

Há uma diretriz, uma discussão na SPCine de, nessas salas de cinema mais periféricas, ter uma ação mais diversificada, de não só fazer o cinema brasileiro, o cinema de arte do circuito independente, porque assim corríamos o risco de não atender ao público que tem expectativa de ver os lançamentos que estão nos cinemas de shoppings. Por isso, vamos ter uma ação diversificada. Lembrando que nos CEUs, devido à carência, também há um compartilhamento das salas para teatro, para dança, etc.

Em relação à Virada Cultura, Vereador Jair, por dificuldades orçamentárias, estamos tentando comprimir um pouco o orçamento deste ano e deveremos fazer uma Virada cuja programação vai atingir toda a Cidade, embora a concentração maior seja no centro e a periferia venha ao centro. Há muita expectativa envolvida e é um momento de reunião da Cidade. Teremos, portanto, nas quatro regiões da Cidade, não exclusivamente, mas mais focados no funk, uma atividade que já vem sendo feita, inclusive para retirar o funk do meio das ruas. Também vai haver programação nos equipamentos do Sesc; em alguns CEUs; na Cidade Tiradentes; no Centro Cultural da Juventude; no Largo da Batata; no Ibirapuera; na Paulista, em associação com o Dia da Música.

A ideia da Virada é ter uma programação que abranja o centro, mas que haja diversificação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sr. Secretário, peço licença para abrir a audiência pública que vai ser dedicada à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Secretário Gerson Ceron de Oliveira já está presente.

Então, para cumprir os nossos mandamentos regimentais, dou por aberta a audiência e informo que, infelizmente, o Tribunal de Contas não indicou representante, mas pode ser que algum representante do Tribunal esteja nos acompanhando. Tem algum representante nos acompanhando? Não. Então, o nosso órgão auxiliar, com um bom bedel

aqui faltou a essa atividade. Tem sido uma praxe do Tribunal não ter conseguido acompanhar as nossas múltiplas reuniões. Suspendo a reunião para finalizarmos a audiência pública da Secretaria de Cultura e das atividades que vem sendo realizadas e o que isso demanda da Comissão de Finanças e Orçamento, em especial, do seu financiamento.

O SR._____ - Eu já estou concluindo para dizer que esperamos fazer a maior virada com o menor recurso. Temos algumas informações muito interessantes, o anúncio vai ser no dia 9, a Virada vai ser nos dias 20 e 21. Temos uma programação dos corais, vão ter duas mil pessoas se apresentando só no evento de corais que vão estar distribuídos pela Cidade. Eu pedi uma estimativa, mas o pessoal da área de eventos estima que possamos ter entre cinco e oito mil pessoas se apresentando. Então, a Virada, às vezes, pode se pensar que são muitos recursos, mas também, há uma intenção de a gente...talvez não tenhamos grandes atrações, mas algumas, que é importante também, pois o público tem essa expectativa de grandes shows.

Mas vamos ter um evento de cidadania cultural, as pessoas que vão se apresentar terão um pequeno cache para cada coral, mas é um evento que vai reunir muita gente. Vamos ter eventos de artistas de rua, um dos objetivos para enfrentar o problema de segurança é ter as ruas ocupadas entre um palco e outro. Também ter artesanato, comida de rua, artistas de rua com tablados pequenos de modo que a gente possa ter muita gente se apresentando e ocupar um pouco mais o espaço do centro e não deixar espaços vazios entre dois palcos grandes. Esse é o espírito. Sem contar os três ou quatro palcos no domingo, na Av. Paulista, com bandas novas. Há uma busca pela inovação e nossa intenção é a cidadania cultural, que é a intenção que temos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A decisão de concentrar todos os equipamentos de exibição cinematográfica nos CEUs. Porque o CEU já carrega uma oportunidade cultural e não se distribui por todo o território, portanto. As salas de cinema poderiam ser uma oportunidade para as regiões da Cidade que notadamente não receberam

os CEUs e não receberam a medida que queiram ou não os dispositivos culturais que estão associados ao CEU já permitem uma gama não pequena de atividades.

Estou dizendo para realizarmos um esforço que todas as salas de exibição devam estar desassociadas do CEU e V.Exa. falou de uma delas em Cidade Tiradentes, que deve ser desassociada do CEU. Mas, acho que poderíamos ter uma pequena flexibilização para três ou quatro equipamentos desses para interagir com os espaços públicos, não estatais, ou espaços públicos que não são municipais permitindo uma melhor distribuição dos equipamentos culturais a medida em que você estaria concentrando uma sala de cinema em cima de um teatro. Você tem um teatro no CEU e você concentraria a sala de cinema dentro do teatro concorrendo inclusive na utilização de espaço. Lembro que temos hoje na periferia alguns desses teatros já esgotados, você já não consegue espaço para realizar nada e, portanto, a gente vai colocar mais um equipamento que vai concorrer com algo que o espaço já não tem.

Estou dizendo do esforço que podemos ter para encontrar espaços públicos que não fazem parte do nosso patrimônio municipal ou espaços de uso público, mas que não são estatais, são espaços privados. Há bairros grandes da Cidade que não são dotados de CEUs, mas têm equipamentos públicos estaduais e até federal que poderíamos fazer essa mediação.

Com há ainda dez a quinze dias para a publicação do edital pensar numa forma de a gente melhor distribuir de forma a não concorrer mais uma vez com as atividades dos teatros CEU que já estão chegando no seu bom esgotamento. Quando você tem uma sala de teatro totalmente ocupada é bom, estamos no melhor momento dela.

Outra questão muito breve que quero falar é a questão do funk legal. Eu tenho tido a oportunidade de acompanhar algumas dessas atividades e acompanhei a que foi realizada no Sol Nascente, Distrito Anhanguera, subprefeitura de Perus, é a segunda que foi realizada, a primeira teve aproximadamente três mil garotos e garotas em baixo de chuva. O segundo no Sol Nascente, com o tempo bom, próximo de cinco mil jovens. Qual é a dificuldade encontrada? O equipamento que acaba sendo disponibilizado para a realização do evento pela

limitação que vem apresentando ao público que vem reunindo e pelo horário que se defini do seu encerramento, tem sido hoje muito mais um esquentar para os fluxos do que a opção ao fluxo. Como termina 22h vai todo mundo para o esquentar, sai e vão para os fluxos até duas ou três horas da manhã.

Então, estamos usando uma força, uma energia muito positiva, mas para fazer um esquentar dos fluxos, em vez de concorrermos com os fluxos que vão para dentro dos bairros e, portanto, criando um conflito gigantesco estamos esquentando o fluxo a partir do funk legal. Então, é perigoso a gente não acertar forma e horário e teremos mais fluxo. Me coloco à disposição para este debate porque tenho interagido bastante com o pessoal da zona Norte e Oeste e Noroeste. Quero trazer algo positivo que é o Forró Pé na Grama tem ocupado um espaço nas praças bastante interessante convidando as pessoas a ocupar esse espaço público desde às 9h da manhã a partir de uma nova lógica de cultura nas áreas públicas, que também deve ser explorada para termos fluxos regulares para as áreas verdes que ainda não tem cultura e, portanto, se abre uma gama infindável de atividades culturais em áreas públicas que até então eram só contemplativas.

Faço isso de forma a prestar uma contribuição agradecendo muito a sua vinda à nossa comissão. Quero me colocar à disposição para debate no Conselho. Acho que devemos trazer as inovações tanto de tecnologia como de arte e artesanato com a gastronomia para o ambiente do conselho, já que viemos fazendo arte com diversas outras modalidades que em outros tempos não eram reconhecidas e colocar a comissão à sua disposição não só para ser um bom mediador com a Secretaria de Finanças, mas como ser o provedor de emendas legislativas.

Anuncio o desejo de que agente retome o programa de mão em mão, que produziu um efeito positivo do ponto de vista da distribuição dos livros na rede de transporte público coletivo e pode invadir nesse momento outra fórmula que é a digital com aquele que acessa um ônibus, um trem da CPTM ou um metrô e recebe a orelha de um livro, ou a sinopse do livro

a sua leitura permite baixar o primeiro capítulo e quando sai permite baixar o resto do livro, se ele tiver interesse. Então, fórmulas simples e objetivas podem ampliar a oferta de cultura nos espaços públicos que a Cidade tem. Era isso o que eu queria abordar.

Já vou devolver a palavra ao Laerte Brasil e fazer o encerramento, mas não poderia deixar de dar essa brevíssima contribuição, lembrando que a Câmara tem sido uma parceira da Secretaria de Cultura nos últimos 20 anos.

Se há legislação fértil que esta Casa produziu durante todo esse período foi para a Secretaria de Cultura: os modelos de redução tributária de ISS; todas as estruturações de departamento ocorridas no último período; o esforço orçamentário para ter reserva de recursos para as viradas; as emendas parlamentares, que acabam destinando recursos para a SPTuris, mas na realidade são para eventos culturais artísticos da Cidade.

Então, quando você realiza uma festa de bairro é por causa de emenda parlamentar que acaba oferecendo um pouco dessa estrutura. Então, se juntarmos tudo, veremos que temos muito mais e, portanto, se a contribuição que os Parlamentares dão para esse tipo de atividade são eventos e estão estruturados em varias secretarias, é possível enxergar o quanto mais os Parlamentares estão colocando suas energias para esse processo.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou presidente da Uniglobal, Trabalho, Sustentabilidade e Cidades e a central, daqui a 60 dias, instalará na cidade de São Paulo a Fundação Educacional e Desenvolvimento das Artes e Cultura da Cidade, que é a Fundac.

Primeiramente, quero parabenizar o Secretário pelo brilhante trabalho que vem desempenhando na Secretaria de Cultura. O Juca também desenvolveu um grande trabalho na cultura na cidade de São Paulo.

Um dos eixos mundiais de sustentabilidade da Uniglobal Trabalho é assim: para se formar uma nova sociedade para o mundo do trabalho e empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de formação do novo cidadão, que são as crianças, os adolescentes e a juventude. Investir em políticas públicas de educação, esportes e cultura.

Por essa grande ótica de visibilidade, dois anos antes de a Marta sair candidata a Prefeita, apresentamos o projeto de construção dos CEUs na cidade de São Paulo, que era um verdadeiro clube integrado com a educação, esportes e cultura.

No Universo tem o Sol, um astro poderoso. Mas, além de poderoso, é democrático,

porque ilumina todos os demais astros. O planeta e o satélite, cada qual fazendo suas próprias evoluções em torno dele.

Voltando para o Orçamento de 2014-2015, acompanhei todas as audiências públicas e estou vendo o Orçamento da Secretaria da Cultura ser loteado por instituições. Defendemos o fortalecimento das instituições de cultura e das demais, mas não concordamos com o loteamento do Orçamento, não só da Secretaria da Cultura, mas das demais secretarias. Cada uma levava um milhão, dois, três. Fizemos investigações em instituições de esportes e, em 85 delas que conseguiram verba, nenhuma formava menores nos esportes.

Agora, minha proposta é, em vez de destinar as verbas loteando o Orçamento da Secretaria de Cultura, poderiam estabelecer o mérito do trabalho que essas instituições têm no desenvolvimento da cultura na sociedade paulistana.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, Laerte.

Passarei a palavra ao nosso Secretário para as conclusões e considerações finais e já registro o nosso agradecimento.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado.

Primeiramente, Vereador José Police Neto, a questão do *funk* legal mereceria até uma audiência pública na Casa, chamando também o Secretário Toninho da Promoção da Igualdade Racial, que tem sido o interlocutor dos organizadores dos bailes *funk*. É uma iniciativa importante e concordo com V.Exa. que deva ter uns ajustes, na questão do horário, sobretudo.

Mas, aparentemente, pelo menos algumas informações que vimos é que se reduziram significativamente os fluxos de *funk* no meio dos bairros. Esse ainda é um indicador que precisamos avaliar melhor para chegarmos a uma conclusão definitiva.

Eu me disponho a voltar aqui, talvez não na Comissão de Finanças. Seria mais adequada uma audiência pública aberta com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes para aprofundar o debate sobre o *funk* legal. Vários Srs. Vereadores têm me procurado a respeito desse tema, preocupados com os conflitos que existem nos bailes *funks* e a população da Cidade.

Em relação às emendas, conforme eu já havia falado, o papel da Câmara na área da cultura é muito importante. São projetos muito importantes que estão enfileirados. Recentemente, tenho tido uma postura de buscar sempre aproveitar os projetos. Houve até um

episódio do projeto Circo Escola do Vereador Marquito, que foi aprovado, mas havia uma orientação de veto por uma interpretação equivocada do Executivo, no caso. Referia-se a Circo Escola em todas as subprefeituras e o entendimento era de que a Prefeitura seria obrigada a fazer circos de um ano para o outro, o que obviamente seria impossível.

Demos outra orientação ao Sr. Prefeito e disse que gostaríamos de aprovar o projeto e o próprio Vereador disse que aprovaria, mas não teria recursos para o investimento. O próprio Vereador destinou uma emenda parlamentar para poder começar o programa. Na verdade, vamos instalar três circos escola este ano com emendas do Vereador Marquito e isso é importante, pois se trata de uma área com déficit na Cidade. E não é algo astronômico, é possível ser viabilizado.

Então, temos tido uma interface muito boa com os Srs. Vereadores para viabilizar alguns projetos. Vamos estudar o livro na mão, nós já estivemos conversando para poder pô-lo em prática novamente.

Em relação às salas, estou totalmente de acordo consigo. O problema é o seguinte: os equipamentos previstos exigem uma sala com certa dimensão e qualidade. Uma sala com o padrão das salas dos CEUs teria um custo no mínimo por volta de dois milhões de reais, mais os equipamentos, dois milhões e meio. Com os recursos que estão sendo investidos conseguiríamos fazer três salas de cinema e vamos fazer 20.

Mas, exatamente com essa preocupação, que é sua e minha também, teríamos uma segunda linha de equipamentos para salas menores, menos estruturadas, a um custo muito mais baixo, mas que não poderá ter o formato de passar o filme de última geração. Tem mais o formato de um cineclube. É um equipamento que custa um quarto do preço desse equipamento que está sendo adquirido e que será uma segunda etapa desse projeto de cinema que esperamos para o ano que vem. Pretendemos não ter nenhuma subprefeitura da Cidade sem sala de cinema.

Essa é a meta que temos para o ano de 2016 e isso dependerá da nossa possibilidade orçamentária. É isso.

Muito obrigado, Srs. Vereadores. Estou sempre à disposição da Comissão de Finanças para prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Vereador Nabil Bonduki, nosso Secretário.

Encerraremos esta audiência pública dedicada ao debate das atividades que a

Secretaria de Cultura vem realizando e as suas necessidades orçamentárias e financeiras.

Estão encerrados os trabalhos.